



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: SOUZA SANTOS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 11 DE OUTUBRO DE 2019

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Bom dia a todos e a todas.

Com a presença dos Srs. Vereadores - por ora, apenas este Vereador Souza Santos, há outros que estão para chegar - declaro abertos os nossos trabalhos. Trata-se da 19ª audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, de 2019.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.legis.br, link Auditórios Online.

A íntegra desta audiência pública estará disponível ao público em geral no portal da Câmara Municipal de São Paulo, pelo site www.saopaulo.sp.legis.br, link Auditórios Online - audiências públicas - registro escrito; esta audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade*, desde o dia 08/10/2019.

Foram convidados para participar desta audiência pública as secretarias da Habitação, Desenvolvimento Urbano e Licenciamento; CET, Subprefeitura da Sé, 1ª e 3ª Promotorias de Justiça da Habitação e Urbanismo, representante do Edifício Miami Center, representante do Edifício Luma, Associação São Paulo Capital da Diversidade, Associação Paulista Viva; Amacon - Associação de Moradores do Bairro da Consolação e adjacências, Movimento de Moradores da Avenida Paulista e entorno, Sou Avenida Paulista - Sociedade dos Amigos, Moradores e Empreendedores do Bairro Cerqueira César, Amorbelá - Associação Moradores Bela Vista e Bixiga, Associação Viva Paraíso, Consegs Jardins e Paulista; os Vereadores e o público em geral.

Informo que as inscrições para pronunciamento devem ser feitas junto à secretaria da Comissão, ao lado direito, tendo cada inscrito três minutos para se manifestar.

Esta audiência pública servirá para discutir o acordo de cooperação para construção de um *boulevard* de convivência junto ao Complexo Cidade Matarazzo, nas imediações da Avenida Paulista e seus impactos para a região, conforme solicitado através de requerimento desta Comissão, ofício nº 38/2019, de autoria do Vereador Souza Santos, requerimento 37/2019, de autoria do Vereador José Police Neto, aprovado na reunião ordinária do dia 02, na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Ainda sobre a audiência, nós fizemos uma pequena introdução. Esta audiência pública convocada pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, com a finalidade de abordar a implementação e importante projeto urbanístico em curso, na Cidade, e os desdobramentos para o seu entorno.

Como é de conhecimento público, o Prefeito Bruno Covas e a Associação São Paulo Capital da Diversidade, através do seu Presidente o Sr. Jacques Brault, assinaram no dia 25 de setembro um acordo de cooperação para a construção do Boulevard da Diversidade, que será integrado ao Complexo Cidade Matarazzo, nas imediações da Avenida Paulista.

O projeto prevê a requalificação de uma área de aproximadamente 10 mil metros quadrados, abrangendo a Alameda das Flores, Alameda Rio Claro, parte da Rua São Carlos do Pinhal e Rua Itapeva, incluindo uma passagem subterrânea para veículos em um trecho de cerca de 100 metros de extensão, da Rua São Carlos do Pinhal, liberando a parte superior em nível com a Avenida Paulista, para a instalação do *boulevard verde*.

A proposta foi apresentada após chamamento aberto pela Prefeitura, em 31/05/2019, contendo condições para a implantação do projeto, gerenciamento do espaço de 30 anos. Compreende uma obra orçada em cerca de 130 milhões de reais, totalmente às expensas da iniciativa privada, previsão, conclusão em 2022. Vislumbra-se que no local sejam desenvolvidas ações culturais e educacionais, através de parcerias com entidades do terceiro setor, para promoção de projetos sociais.

A intervenção inclui uma feira com quiosques de produtos orgânicos, nova iluminação, piso drenante, paisagismo, sanitários públicos, *wi-fi* gratuito e enterramento de redes de energia e comunicação, sendo idealizada pelo mesmo grupo responsável pelo Complexo Cidade Matarazzo, que reunirá lojas, restaurantes, centro cultural, capela, serviço de saúde, hotel 6 estrelas e escritórios.

Apesar dos possíveis benefícios, moradores, comerciantes e usuários da região asseguram que não foram devidamente consultados nem informados sobre dados essenciais que envolvem o projeto, bem como seus profundos impactos para aquela área. Devido à

ausência de uma discussão pública adequada, detalhes importantes deixaram de ser debatidos com a comunidade local, cujas indagações não foram respondidas ou suficientemente esclarecidas durante os escassos encontros que ocorreram com os responsáveis pelo empreendimento.

Esta Comissão busca a promoção do diálogo entre as partes envolvidas, mantendo o compromisso de assegurar voz à sociedade civil, garantindo a transparência e o acesso à informação e valorizando a participação social nos termos da legislação em vigor.

Essa é a nossa introdução. Neste momento, farei a composição da Mesa. O Vereador José Police Neto, que participa conosco desta audiência pública, está a caminho. Chamo, para compor a Mesa, os Srs.: Francisco Roberto Arantes Filho, Subprefeito da Sé; Jacques Brault, Presidente da Associação São Paulo da Diversidade; Maria Regina Braga Lagonegro, Coordenadora Substituta de SERVIN, da Secretaria Municipal de Licenciamento, nesta audiência representando o Sr. Secretário César Azevedo; e Regina Monteiro, Superintendente da SP Urbanismo, nesta audiência representando o Sr. Secretário Fernando Chucre.

Formada a Mesa, passemos àquilo que nos propusemos fazer. Ouviremos os inscritos; depois disso, os membros da Mesa se manifestarão de acordo com as indagações. Nossa audiência é bastante democrática. Nós começamos às 11 horas para fazermos pelo menos 1h30min de audiência, para não cansar muito a todos, pois hoje é sexta-feira. Acho que se cada um se manifestar dentro do tempo previsto, todos ganharão. A primeira inscrita é a arquiteta Adriana Levisky, autora do projeto. A senhora tem 3 minutos.

A SRA. ADRIANA LEVISKY – Bom dia a todos. Bom dia, Vereador Souza, em nome de quem cumprimento os membros da Mesa; e bom dia a todos os presentes. Parabênzo o Vereador pela iniciativa, com o intuito de tentarmos esclarecer certamente dúvidas presentes e naturais para um processo dessa envergadura.

- Oradora passa a se referir a imagens em tela de projeção.

A SRA. ADRIANA LEVISKY – Rapidamente, o projeto vem proposto pela

Associação São Paulo Capital da Diversidade. Acredito que, posteriormente, o próprio Presidente da associação, Jacques Brault, possa esclarecer itens específicos dessa pauta; mas é uma associação com uma vocação de dedicar-se a ações vinculadas a ações de cidadania, cultura e educação, inclusão social, proteção ao meio ambiente e sustentabilidade.

O projeto em sim, denominado Boulevard da Diversidade, surge de um procedimento de manifestação de interesse social; ou seja, é um instrumento regido pela legislação federal, em que qualquer organização privada pode se manifestar interessada em fazer uma proposta de intervenção e, evidentemente, o Poder Público vai avaliar o interesse público dessa proposta. Foi nesse formato que essa proposta foi elaborada e seguiu um rito desde 2016.

A proponente, associação - a partir de um projeto bastante detalhado, extremamente técnico, que passou por uma série de Secretarias para avaliar a pertinência e possibilidade técnica de implantação -, tem como objetivo final uma doação à Prefeitura desse projeto. Dos 130 milhões desse investimento, 46,4 milhões correspondem à execução das obras e 83 milhões à manutenção ao longo de 30 anos. Esse é o formato que foi apresentado para apreciação da Municipalidade.

Sobre o projeto, essa é uma implantação geral em que conseguimos olhar o que é hoje essa área de intervenção; em que conseguimos ver a São Carlos do Pinhal, a Rio Claro, a Itapeva. Os telhados cerâmicos correspondem ao antigo Hospital Humberto Primo, tombado e hoje obras para recuperação para o empreendimento Cidade Matarazzo, um empreendimento que contém áreas comerciais, hotelaria, restaurantes, centro de cultura, casa da criatividade, bastante aberto, com uma fruição pública bastante grande. (Imagem) O BMF, aqui na frente, antigo Banco Real, de frente para a Paulista; o Edifício Eluma, uma série de edifícios aqui ao longo da Rio Claro; uma série de edificações comerciais, de uso não residencial, ao longo da Itapeva.

Nessa tonalidade marrom, a intenção foi demonstrar um interesse de fruição pública, proposto nesse projeto; onde nós pudéssemos, em mais detalhes, perceber a

integração prevista entre um espaço público e empreendimentos privados. É algo em que temos um exercício proposto a partir da nossa legislação municipal mais recente, do Plano Diretor e da Lei de Zoneamento, que são instrumentos muito importantes inaugurados nessa legislação, de justamente criar para o pedestre uma relação de intimidade com a Cidade, aproximando os empreendimentos dos espaços públicos.

Aqui vemos, para garantir um bulevar, que é a imagem anterior, aquele marrom todo tem uma proposta de dedicação do espaço à convivência, ao encontro, ao lazer no espaço da superfície, no nível da Paulista. Assim, para permitir isso, propõe-se fazer nesse trecho, antes da Rio Claro e posteriormente a Itapeva, uma passagem inferior, que é um mergulho de um quarteirão, com uma extensão de 100 metros, onde os automóveis, ônibus, todo o tráfego hoje passante na São Carlos do Pinhal continuará passando na São Carlos do Pinhal, mas num nível, no entanto, subterrâneo, inferior, para garantir um ambiente de convivência, de sustentabilidade, de promoção de ações de biodiversidade na superfície.

Nesse corte, a linha vermelha marca hoje o que seria o nível das vias. Podemos ver, na linha preta, a proposta do Boulevard. Não parece, mas, na verdade, a Alameda das Flores vai descendo, criando um desnível de 1,5 metro. Então, a sugestão é que se faça o nivelamento dos terrenos na mesma cota de nível de alguns empreendimentos. O BFC, o Eluma, o Cidade Matarazzo, todos eles têm um nível de terreno mais elevado. Então, a proposta aqui foi enaltecer a questão da valorização do pedestre, da acessibilidade, criando uma mobilidade segura e aprazível, e de integração entre os espaços públicos e privados. Nesse sentido, há um mergulho para se garantir uma altura, uma calha necessária para que todo o tráfego passe por baixo.

É importante frisarmos que esse projeto tem uma relação de extrema atenção, cuidado e respeito às premissas e diretrizes do Plano Diretor Estratégico, a Lei 16.050. Essa lei garante o ordenamento da política urbana do Município.

Eu trouxe alguns artigos onde vemos essa íntima relação do projeto. O artigo 5º fala dos princípios que regem a política de desenvolvimento urbano.

Aqui, falamos do direito à Cidade, que compreende o processo de universalização dos benefícios e comodidades da vida urbana por parte de todos os cidadãos. Entendemos que esse projeto é uma tradução dessa condição de ode à cidadania, de oferta de condições qualificadas de lazeres com equipamentos e infraestrutura pública dedicada ao cidadão.

Com relação às diretrizes da política de desenvolvimento urbano, o Plano Diretor, no artigo 6º, inciso XIV, estabelece: “XIV - cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social”. Essa PMS, evidentemente, enquadra-se fortemente nessa sinergia desejável entre esferas públicas e privadas.

Sem se tratando dos objetivos da política urbana, o artigo 7º do Plano tem uma série de incisos que representam isso: “IX - ampliar e requalificar os espaços públicos, as áreas verdes e permeáveis e a paisagem”, “XII - proteger o patrimônio histórico, cultural e religioso e valorizar a memória, o sentimento de pertencimento à cidade e a diversidade”, “XVI - recuperar e reabilitar as áreas centrais da cidade”. Acho que todos esses incisos corroboram positivamente aquilo que o projeto propõe.

No artigo 8º do Plano Diretor, a política urbana do Município estabelece cinco dimensões que o território deve abarcar. Então, a dimensão social, fundamental para garantir os direitos sociais para todos os cidadãos; a dimensão ambiental, fundamental para garantir as condições ambientais e de sustentabilidade; a dimensão imobiliária; a dimensão econômica e a dimensão cultural, fundamental para garantir a memória, e a identidade de espaços culturais da Cidade.

Portanto, podemos dizer que, certamente, essas dimensões, a maioria delas, estão amplamente atendidas nesse projeto.

O artigo 314 ainda estabelece os territórios de interesse cultural e da paisagem, que são áreas que concentram grande número de espaços, atividades ou instituições culturais, assim como elementos materiais e imateriais de paisagens significativos para a memória e identidade da Cidade, formando os polos singulares de atratividade social, cultural e turística

de interesse para a cidadania cultural e o desenvolvimento sustentável, cuja longevidade e vitalidade dependem de ações articuladas do Poder Público.

Este mapa estabelece, de acordo com sinalizações nossas no parágrafo 2º do artigo 314, um dos territórios, o Paulista/Luz, onde a área de intervenção está inserida e onde, portanto, estão as ações de integração de proposituras do Poder Público para garantir e enaltecer a memória, que estão inseridos no projeto.

Essas são algumas imagens que podemos ver do projeto, das quais podemos extrair uma série de informações. Aqui vemos a passagem inferior, que garante a mesma calha de rolamento da São Carlos do Pinhal que existe hoje, adicionada de uma calçada, uma passagem para o pedestre que está determinada pela IT-35 – Instrução Técnica do Corpo de Bombeiros, garantindo acessibilidade e rota de saída caso algum carro quebre ou algum pedestre precise sair pela passagem inferior.

Aqui vemos a passagem no sentido longitudinal, que, à direita passa pela Rio Claro e, à esquerda, cruza com a Itapeva. Vemos a relação de altura dessa passagem e a extensão, que nada mais é que a de um quarteirão e, em cima, vemos, quase como um triângulo, o nível do *boulevard*, onde estão criando um caixão perdido, onde uma série de instalações, de drenagem e de arborização se faz possível. Essa é uma explicação um pouco mais técnica a respeito dessa solução.

Aqui é uma seção transversalmente à passagem inferior, onde se vê o *boulevard* com pérgolas colocadas e uma intensa arborização, onde conseguimos perceber iluminação pública com soluções em LED, com design bastante interessante, com *wi-fi* acoplado e arborização, apesar da necessidade de ter removidas árvores por conta não exclusivamente da construção da passagem inferior, mas pelo estado fitossanitário das árvores. Foi feita uma vistoria juntamente com a Secretaria do Verde à época, quando houve a propositura de aprovação de um projeto de compensação ambiental, que visava à remoção de 31 árvores e o plantio de 249 exemplares.

Vemos uma acomodação entre a Rio Claro, que está à direita, com a Alameda das

Flores, à esquerda, e localizamos no subsolo, no subterrâneo, todo um sistema de drenagem proposto no subleito da via. É uma solução bastante inovadora que pretende retardar águas de chuva; é uma solução que poderemos, nessa experiência, ter referências para aplicar em outras áreas da Cidade, podendo complementar as obras que sempre temos tanta dificuldade de ver, como os piscinões, e os consequentes problemas de inundação que acontecem no território, tão impermeabilizado.

Aqui está demonstrado em outro sentido.

Essas são algumas imagens que mostram toda uma solução de piso integrado, de acessibilidade garantida, do mercado orgânico apresentado através de mobiliário com design especialmente desenhado pelos irmãos Campana. É uma oportunidade imensa para a Cidade ganhar de presente uma intervenção num espaço público.

Aqui uma vista da Alameda Rio Claro, onde há toda uma solução de tratamento do passeio público, com balizadores para proteção do pedestre, com vagas de automóveis garantidas, preservadas, mas em todo outro contexto de reconfiguração da paisagem, com enterramento total da fiação. Então, toda a parte de fiação aérea passa a estar no subterrâneo, garantindo toda uma condição muito mais qualificada de reconfiguração dessa paisagem.

Aqui vemos uma planta mais técnica, mais para entendermos um pouco o início dessa passagem inferior, quando esse mergulho começa com relação aos seus pontos de toque com a vizinhança. Então, aqui, nesta primeira imagem, à esquerda, vemos a São Carlos do Pinhal com o edifício, à esquerda, o Eluma, e, à direita, o Miami; as setas demarcam os pontos de acesso de entrada e saída de automóveis. Após esses pontos, começa esse mergulho, que vai, então, chegar do outro lado da São Carlos do Pinhal e derivar na Itapeva, sendo que, em nível, a Itapeva continua com a fruição tanto para o viaduto como pela Itapeva, sem a semaforização.

Aqui a mesma coisa na Rio Claro.

Aqui vemos o posicionamento dos quiosques do mercado orgânico. Acho que é importante ver nessa imagem qual é a proposta de ambientação que se tem aqui, que é, de

fato, de ter os quiosques com mesinhas; não é um ambiente para aglutinação de multidões para grandes eventos, não é disso que se trata.

Essas são várias imagens mostrando esse *layout*.

Aqui, no verde claro, vemos o adensamento arbóreo proposto com um novo plantio de árvores. Em verde escuro, são as árvores existentes. Então, realmente, temos uma proposta aqui de construção de uma condição de biodiversidade bastante qualificada.

Rapidamente, era só importante passar este rito aqui para vocês: em 2016, começa o primeiro protocolamento na Secretaria de Transporte para justamente saber se, do ponto de vista técnico da operação do trânsito, era viável se propor um projeto como esse. Então, só após o avanço dessa análise é que se deu, então, a perspectiva viável de haver o avanço dos projetos para que ele pudesse ser desenvolvido.

Então, depois dessa consulta, em 2016, dada a sinalização positiva do avanço do projeto, nós começamos a desenvolver os projetos executivos que foram protocolados na Siurb para, aí, sim, avaliar do ponto de vista estrutural, de drenagem, da geometria e da pavimentação, a aceitação e a aprovação do projeto em si, que teve seu deferimento em abril de 2019.

O mesmo ocorreu no verde junto ao Depave para solicitação do TCA, o compromisso ambiental, da compensação ambiental pela retirada de árvores e plantio de outras. Essa aprovação se deu em julho de 2019, e o processo foi apartado entre o que era a passagem inferior e a superfície do ponto de vista das questões de infraestrutura.

Também houve outro processo aprovado na Siurb relacionado à superfície.

Junto à CPPU, houve a solicitação de deliberação com relação ao projeto urbano, na sua configuração urbanística, mobiliário urbano. Esse projeto foi protocolado em fevereiro de 2019 e aprovado em março. No Condephaat e no Conpresp, o fato de haver essa sinergia proposta de fruição entre o público e o privado, e pelo fato de o empreendimento do Cidade Matarazzo ser um bem tombado e o desejo de remoção de muros para poder promover essa integração, houve a necessidade de fazer o protocolamento nos dois órgãos de patrimônio –

estadual e municipal – solicitando interferências nesses muros. Então, essas intervenções também foram, cada uma em seu processo, aprovadas – uma em março, outra em julho de 19.

Dado esse panorama todo de viabilidade técnica, do ponto de vista da implantação do projeto, foi daí que surgiu o momento tecnicamente adequado de se consolidar essa propositura do protocolamento do procedimento de manifestação de interesse social. Então, foi nesse momento que, então, se protocola a PMS em abril de 19 e, a partir daí, surge um rito processual a partir da instauração do chamamento, do edital de chamamento, do julgamento e classificação das propostas. Houve a realização de uma audiência pública em 19 de julho com a população, para esclarecimentos da proposta. Ata de análise da documentação, em 30 de julho e a homologação do resultado em 21 de setembro.

A partir disso, houve então a publicação, em 16 de agosto de 19, de uma portaria de interesse público, reconhecendo e enquadrando o projeto como um projeto, sim, de interesse público. E, por último, uma outra portaria, em virtude das determinações do decreto de calçadas e das exigências da CPPU, de publicação da portaria da Secretaria das Subprefeituras relacionada aos materiais possíveis de aplicação nas calçadas vinculadas ao patrimônio histórico.

Bom, acho que, em linhas gerais, é isso.

Aqui, têm algumas palavras-chave que vocês podem se debruçar sobre alguns benefícios que a gente vê como importantes nos aspectos urbanísticos, ambientais e sociais que abarcam esse projeto e que me parece ser uma iniciativa bastante nova e interessante para as cidades, na medida em que as cidades, hoje, no mundo têm uma carência de recursos, uma dificuldade bastante grande de se qualificar e ter a oportunidade de desenhar modelos de participação público-privadas, ainda mais contando com recursos privados em prol de patrimônio público, em prol de áreas públicas.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Ok, Adriana. Muito obrigado.

Registro a presença do Vereador José Police Neto.

Pergunto se os representantes da Secretaria de Obras e da CET estão presentes.

(Pausa) Quer fazer parte da Mesa? (Pausa)

Vamos aos inscritos.

Vereador Police Neto tem alguma consideração inicial?

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Por enquanto não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Tem a palavra o Sr. Rodrigo Duarte.

O SR. RODRIGO DUARTE – Sr. Presidente, bom dia.

Cumprimento todos os presentes a esta audiência.

Eu pretendia fazer a apresentação com a Adriana, então eu vou só complementar, muito rapidamente, nesses três minutos, o que ela disse, nesses contornos jurídicos, porque, às vezes, surgem essas perguntas de: qual é o instrumento e como que ele se desenhou para chegarmos onde estamos hoje, sob esse ponto de vista jurídico.

Como a Adriana adiantou, de fato, o que nós temos aqui é um instrumento com base na Lei do Terceiro Setor, a 13.019, de 2014, que fundamenta esse acordo de cooperação que se pretende executar, agora, pela associação.

De fato, o licenciamento aconteceu desde 2016 e, estando ele maduro, a associação apresentou essa proposta, no procedimento de manifestação de interesse social para que fosse analisada pela Prefeitura. A partir daí, e isso é muito importante, a Prefeitura entendendo que o projeto atendia ao interesse público publica um chamamento para outros interessados que desejassem executar aquele objeto, tornando aquele projeto seu, público, da Prefeitura e consultando se haveria interessados naquela execução, ou seja, o procedimento de chamamento amplo, público e transparente para que todos os interessados se manifestassem nessa execução.

A associação aqui foi a interessada, não houve outros, apresentou sua proposta, acho importante ressaltar que, quando a Prefeitura aceita aquela proposta do procedimento de manifestação de interesse social, ela adequa, faz modificações tanto de projeto, quanto jurídica do que ela gostaria e a proposta vencedora é a da associação aqui presente a quem eu

represento aqui nessa audiência.

A partir daí ela, preenchendo todos os requisitos, foi declarada vencedora e com isso nesse momento em que aquela proposta vai aos critérios do edital do chamamento e atendiam o interesse da Prefeitura foi imediatamente feita uma audiência pública, 100% nos termos da lei, do terceiro setor, tanto a lei federal, quanto o decreto municipal que prevê expressamente essa possibilidade da audiência, no decorrer do procedimento. Então, essa audiência foi realizada no auditório do Masp, com a presença da população, até muitos dos presentes aqui e reconhecimento que estavam lá também. E, após isso, houve a homologação desse procedimento e, com a autorização do Prefeito, agora para a sua assinatura, estando presente todos os requisitos, sejam de licenciamento, sejam dos requisitos formais e materiais do procedimento do chamamento público. Ou seja, pronto para ser assinado esse acordo de cooperação nos termos formais, mas isso ainda não ocorreu e por isso até encerro aqui agradecendo a oportunidade dessa audiência pública para que o processo seja mais uma vez debatido com a população.

Estou à disposição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Tem a palavra o Sr. Jaques Braun, presidente da associação São Paulo Capital da Diversidade.

- Discurso proferido em português por orador fluente em francês. Transcrição prejudicada.

O SR. JACQUES BRAULT – Obrigado, Sr. Presidente, pelo convite para essa audiência pública, que vai nos permitir de apresentar nosso projeto do Boulevard da Diversidade e responder com total transparência franquia a todas as perguntas. Eu diria em termos de introdução que a Associação São Paulo Capital da Diversidade, foi criada em 2015, pela cidade Matarazzo, no âmbito de promover valores de cidadania, de educação, de inclusão social, de proteção do meio ambiente e de sustentabilidade. É uma associação sem fins lucrativos e que está fazendo um projeto extraordinário, que nunca foi feito na história de São Paulo e no Brasil mesmo, não temos outro exemplo no mundo.

Lembro que esse projeto contempla uma requalificação urbana significativa como a criação dessa passagem inferior, com a criação de uma floresta urbana no meio da cidade, como a Adriana falou, e o plantio de mais de 400 árvores, como a criação também de um mercado de orgânicos, associado a um projeto de inclusão social e a criação também de um *boulevard* pedestre. Isso faz parte do sonho, dos desafios, das novas cidades, da cidade de amanhã.

Então, hoje estamos todos aqui para responder, defender nosso projeto, porque claramente ele vai participar da mudança do bairro, ele vai participar de uma maneira significativa da valorização do bairro, ele vai também participar de uma maneira significativa da melhoria da vida do cidadão.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Muito obrigado, Sr. Jacques. Quero convidar a Tatiana Robles, coordenadora do patrimônio e que representa a Secretaria de Licenciamento para fazer parte da nossa mesa.

Tem a palavra a Sra. Tatiana Antonelli, da Federação do Comércio, representante do CPDU - Comissão de Proteção da Paisagem Urbana da Prefeitura.

A SRA. TATIANA ANTONELLI – Bom dia a todos, sou a Tatiana, representante da Federação do Comércio na CPPU e fiz algumas anotações e minha fala é no sentido de uma expectativa de que aqui se chegue ao diálogo e no consenso necessário para viabilizar esse projeto tão bacana. Eu entendo que esse projeto proporcionará uma utilização muito qualificada do espaço público e que vai oferecer espaços de convivência de uma forma que vai privilegiar o acesso da população e a circulação de pedestres numa área que antes era privilegiada por carros. Então, ao eliminar a interferência desses veículos essa área vai ter outro caráter que, sobretudo, num contexto maior, vai fortalecer a área como um polo criativo, cultural, gastronômico, de entretenimento, que vai estimular o uso comercial e cultural ao nível do passeio público. Então, de acesso a todos.

Um projeto pioneiro em São Paulo, que deveria servir para todos como exemplo e

estímulo ao setor empresarial, a prática de termos de cooperação junto ao Poder Público e visando ações que promovam o desenvolvimento das dimensões econômicas, sociais, culturais, urbanísticas promovendo assim o direito à cidade.

Com relação a algumas dúvidas, levantei algumas questões do projeto que talvez ajudem a esclarecer com toda a população e talvez seja bom explicar melhor a relação do projeto com os edifícios existentes residenciais, explicar um pouco melhor também a relação técnica do túnel de exaustão e explicar um pouco mais a previsão de implantação das obras. Espero que dessa forma contribua para o diálogo e que ajude a todos a fazer esse projeto ir para frente.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Tem a palavra o Sr. Rodrigo Pereira.

O SR. RODRIGO PEREIRA – Bom dia a todos, na pessoa do presidente da Mesa, eu cumprimento todos os presentes. Estou falando aqui em nome da população paulistana. Até agora o debate aqui está trazendo os benefícios que o projeto apresenta à população. Isso na minha percepção é indiscutível. O projeto é bacana, agrega ao município, mas o que se está discutindo nesse momento é trazer como são colocadas as consequências das obras externas. Por enquanto, a questão está sendo interna e não está trazendo nenhum impacto para a sociedade. Agora, esse túnel em nenhum momento me consta os edifícios mais impactados por essa obra teve anuência com o impacto que vai trazer.

Sabe-se que a perfuração do túnel vai fechar a rua São Carlos do Pinhal. Como é que fica o curso do trânsito de quando fecha a Av. Paulista, porque de um lado é a Alameda Santos, não tem como fechar o que já é um caos, não teria como substituir. Do outro lado, a São Carlos do Pinhal, que já tem um curso considerável de veículos. Portanto, como é que vai fechar essa via e como é que vai fazer com o trânsito local.

O que traz a preocupação é a falta de integração. Falou-se muito aqui em integração da obra, mas está faltando integração com a sociedade local. Falou-se em audiência pública, mas uma audiência pública, cujo convite foi fictício, não tivemos acesso a esse convite. Todos participaram, mas a participação na audiência pública outrora realizada

não quer dizer que teve a anuência com todos os impactos que esses vizinhos sofrerão. O que está faltando é diálogo. Não tem nenhuma crítica do empreendimento. É positivo para a sociedade, é positivo para a circunscrição que tem a sua obra. Mas como é que fica a conversa com a população local? É isso que está faltando. E essa audiência pública vem inaugurar esse momento. Quando se fala em cavar um túnel, quais são os impactos do Edifício Miami Center, por exemplo? A sua estrutura é conhecida? Sabe se causará algum impacto de engenharia, algo nesse sentido? Jamais o edifício foi procurado. Nós fomos procurados por uma senhora, de uma certa feita, uns quatro meses atrás...

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado, Rodrigo.

O SR. RODRIGO PEREIRA – Só para concluir.

Fomos procurados por uma senhora dizendo que iria fazer uma apresentação do projeto; e foi feita uma apresentação tal como essa. Mas os impactos negativos? É isso que nós queremos: diálogo, conversa, para tratarmos essa obra de forma a estabelecer os interesses dos empreendimento, e, também, de forma coerente, os interesses dos proprietários do imóveis. É isso que se busca. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Muito bom.

Bom, as inscrições estão encerradas.

Quero dizer para vocês que a finalidade da audiência pública é essa mesma. Foram ouvidos os empreendedores e a finalidade é a de ouvir os munícipes, aqueles que têm algo contra ou o que implementar.

Tem a palavra o Sr. Fernando Cohen; e, em seguida, Marta Lilian Porta.

O SR. FERNANDO COHEN – Bom dia, Sr. Presidente.

Só pela ordem, a primeira inscrita teve quase 20 minutos, e dada à quantidade de declarações a favor, eu gostaria de um tempo um pouquinho maior do que os três minutos, por gentileza.

Eu aqui, em nome dos Edifícios Miami Center e Luma, primeiramente, gostaria de agradecer ao Presidente Souza, porque é a nossa primeira oportunidade de falar, até de entrar

em contato com o projeto. Isso porque apesar de o projeto ter começado em 2016, como foi exposto, jamais fomos procurados.

Alguns meses atrás, uma representante do empreendimento compareceu ao edifício, não para dialogar, mas para apresentar um prato pronto, para apresentar um embrulho muito bonito, que não se discute que é bonito. Olhe o benefício que vocês vão ter. E se presente fosse bom, né, teria sido discutido antes, não teria sido feito tudo às escuras ao longo de três anos.

Os Edifícios Miami Center e Luma são altamente impactos pelo projeto. Nós estamos encravados no túnel. Não nos foi informado em qualquer momento, ou discutido, qual é o impacto desse túnel para o nosso dia a dia. E somos dois edifícios comerciais. Nós dependemos do dia a dia. O projeto de 20116-17 começou como um pedido do empreendedor. Em 2019, vem um chamamento público – em maio, abril. E, em agosto, sai a portaria de interesse. Se a portaria de interesse sai em agosto, por que em abril já tinha o chamamento público? O chamamento não depende de interesse? Algumas coisas muito estranhas. Eu tentei, ao longo desses meses, acessar os 13-14 projetos que tratam. Os processos não conversam entre si. Existem pareceres técnicos contrários, especialmente no processo da CET, que é um dos mais importantes, porque se trata, afinal, de uma obra viária, que são superados por decisões a nível gerencial. Existem manifestações que jamais são esclarecidas, apesar de questionamentos da Siurb, questionamentos da CET, que não são esclarecidas, em que pese o processo correr. E, em 2019, somos surpreendidos com uma publicação na imprensa de que o processo teria sido aprovado. Não sei se as obras estão para começar, se as obras vão demorar. Obras que levarão dois anos, pelo que consta.

Então, com o devido respeito, eu entendo o interesse do empreendimento, do empreendedor, e o interesse é do empreendedor – que fique claro. Não estamos aqui – os Edifícios Luma e Miami Center – e, tenho certeza, a sociedade, para discordarmos do empreendimento. Aliás, o empreendimento é belíssimo. A gente está lá há mais de 30 anos no prédio, e vimos com muito pesar a degradação do hospital. Então não somos contra ao projeto,

não somos contra o Cidade Matarazzo, contra o Boulevard. O que nós queremos é entender qual é o interesse público em construir um túnel. Aliás, de tudo que foi exposto – existem técnicos para falar muito melhor do que eu –, há diversas soluções urbanas muito melhores, muito mais modernas, que substituem o túnel, sem nos causar o impacto que o túnel causará.

Eu tinha um professor na faculdade que sempre dizia: “Não se percam pelas palavras”. Por favor, quando a pessoa vem aqui falar em Boulevard da Diversidade, em centro de convivência, quando, na verdade, nós estamos falando em interligação de um empreendimento comercial, um *shopping center*, um hotel, que, de novo, nada contra, mas não há interesse legítimo público algum. Aliás, eu estive por quatro meses procurando os processos, e não achei a declaração de interesse público nesses processos técnicos.

Até para concluir, Presidente, eu queria deixar cinco perguntas. Se, por favor, que esta Casa direcione ao Executivo, para que nos responda.

A primeira é justamente essa: qual é o interesse da cidade de São Paulo na construção de um túnel? E muito cuidado: porque não está se discutindo o boulevard, em que existe interesse, enfim, a revitalização do hotel; o túnel. Qual é o interesse? Trata-se de uma obra viária que não consta do plano de mobilidade da cidade, não consta do plano regional da subprefeitura. Enfim, como obra viária que é, posso estar enganado, mas a Constituição do Estado de São Paulo, em seu art. 180, fala: “Depende de discussão popular”. E nós estamos dentro da obra e ficamos sabendo agora, e pela imprensa... Enfim, de novo, agradecendo a oportunidade de discutir esse assunto.

Segundo questionamento que eu gostaria de colocar: o projeto prevê o fechamento definitivo da Alameda Rio Claro. E, de novo, eu vi todos os processos, e não consegui achar onde essa discussão é discutida – porque um trata do boulevard, um trata do túnel, um trata do verde; mas a união, o fechamento da Alameda Rio Claro, é de nosso entendimento que depende da aprovação dos moradores. Aliás, São Paulo tem diversas leis que tratam do fechamento provisório, que depende de aprovação de 70%, 75%. Aqui é um fechamento definitivo, não tem como voltar atrás uma vez que começar a obra. Não precisa de aprovação,

de anuência ou de informação dos moradores. E se depende, por que o projeto foi aprovado para agora vir procurar aprovação? Quer dizer, das duas, uma: ou vai passar por cima dos nossos interesses ou, desculpa, vai aparecer um interesse que não há. Porque estou aqui representando dois edifícios, já temos contatos com diversos outros, e todos estão contra.

Terceira pergunta que eu gostaria de fazer, porque não localizei nos processos – e se existe, por favor, que a Prefeitura nos apresente –: foi feito estudo de impacto? Seja lá qual for. Existem diversas formas de estudos – estudo de impacto da vizinhança, estudo de impacto ambiental, estudo simplificado. Foi feito? Se foi feito, por que não foi apresentado para quem vai ser impactado? É um questionamento que chega a ser ridículo. E eu estou tentando acessar, estive hoje na Subprefeitura. Aliás, eu vi ali que foi aprovado ontem. Eu estou há duas semanas correndo atrás do processo, pedindo vista. E ontem, um dia antes da audiência, saiu o despacho desferindo. Fui surpreendido aqui. Ótimo método de ciência do processo público. Enfim, esse é o terceiro questionamentos.

Mais dois questionamentos bem pontuais.

Também não consegui chegar nos processos. Quais são os estudos de impacto das obras? Aí eu não estou mais nem dizendo sobre o projeto. São dois anos de obra, vai fechar a minha garagem, vai fechar o meu acesso ao pedestre. São três faixas da São Carlos do Pinhal que servem como corredor de ônibus. Nós temos manifestação na Paulista que, quando fecha a Paulista, passa o corredor para a São Carlos. Nós temos já os domingos. Qual é o estudo de mudança de tráfego? Existe? Por favor, também apresentar.

Por fim, uma coisa mais pontual, mas que nos preocupa muito: a Alameda Rio Claro, como foi apresentada, tem uma entrada única pela Pamplona e o tal do *cul-de-sac* no final, que a gente chamava de balão, pelo menos na minha juventude, pelo qual o veículo entra e precisa dar a volta. E do que eu consegui acessar no processo, eu não consegui responder se tem previsão técnica de tráfego de veículos. Aliás, o desenho, se não me engano, passa em cima de um muro que é tombado. Ali o muro não existia. Enfim, não sei como vai funcionar. Mas se tem previsão técnica, e, em especial, de veículos de mudança, caminhão de lixo. E,

Deus nos livre, mas uma ambulância ou um caminhão dos Bombeiros que precise entrar, eles vão sair como? Vão dar ré? A pessoa vai chamar uma ambulância e a ambulância vai dar ré, pela rua, porque o tamanho... O diâmetro do *cul-de-sac* não nos parece que atende.

Então, são essas as perguntas que eu gostaria que, por favor... Se a Prefeitura puder responder, se esta Câmara puder encaminhar... Agradeço de novo a oportunidade, a primeira que nos foi dada.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Muito bem. Tem a palavra a Sra. Marta Lilia, da Associação de Moradores da Consolação. Em seguida, será a Sra. Rafaela Galletti.

- Pronunciamento feito por oradora estrangeira. Transcrição prejudicada.

A SRA. MARTA LILIA PORTA – Bom dia a todos. Gostaria de agradecer à Mesa e aos Srs. Vereadores pela iniciativa. Estou representando os moradores do outro lado, que não é dos Jardins, especialmente o pessoal da Rua Itapeva.

Primeiro, principal... O nosso Presidente falou da representatividade e da democracia. Eu teria gostado se a Dra. Rafaela Galletti fizesse parte da Mesa, já que estão as pessoas do projeto, pelo menos as pessoas que tentamos... Que esta audiência tivesse uma efetividade... Estivessem aqui, à Mesa, também... Achei que seria mais democrático.

Em segundo lugar, eu vou falar dos estudos da CET. Senhoras e senhores, eu pertencço à Comissão Municipal do Transporte e, para vocês terem uma ideia, não podemos confiar em um órgão que está sucateado e que mostrou para o desmonte do Minhocão os últimos estudos do ano de 2010. Estamos no ano de 2019. Portanto, qualquer coisa que tenham falado sobre o túnel a fazer na Rua Itapeva não me dá nenhuma confiança, Sr. Presidente - assim como não me dá de outros. Não têm estudo efetivo do que acontece da Peixoto Gomide até o empreendimento. *Ni* falar da chegada à 9 de Julho...

E mais: o primeiro questionamento que eu fiz ao empreendimento foi por que não foram chamados os moradores da Itapeva. Não moradores... Os *miles* de consultórios médicos, os *miles* de consultórios de advogados, os cinco pontos de táxi *no fueran* convocados *ni*

convidados para nada. Quando eu me reuni com eles, eles me falaram: “Sim, nós chamamos.” Não, não chamaram e *siguen sin* chamar.

Por que não se mostram os estudos de como vão fazer para que as ambulâncias e as pessoas que diariamente vão aos consultórios médicos da Rua Itapeva... Vão fazer enquanto vai ser feito esse túnel... Gente, não somos idiotas. É isso o que estamos vendo. Não nos interessa se é diversidade. Está ótimo. É maravilhoso. Não vai ser de graça. O metro quadrado de vocês vai ser milionário. Esse é um problema de vocês. Nosso problema é outro. Por favor, nosso problema é como mandar esse pedaço da Cidade... *Ni* falar quando temos manifestação, três, quatro, por semana, o que vai ser desse pedaço...

Não confiamos nos estudos da CET. Não tem como. É um órgão que não está funcionando há tempos e, quando funciona, funciona por interesse de outros. Desculpem-me. Ninguém acredita que fazem as coisas direito. Faz tempo. Senão, não teríamos horas de espera no semáforo, justamente, da Rua Itapeva, para poder sair para o lado da Peixoto Gomide ou da Frei Caneca.

Então, é isso. Basicamente, nós gostaríamos de ver não apenas um esboço. Gostaríamos de ver estudos reais de como será, como falou meu antecessor, o passo a passo. E gostaríamos de saber por que ainda não foi feita uma reunião com todo esse pessoal, que são *miles* de pessoas na Rua Itapeva, sem contar as outras.

Muito obrigada. Esperamos respostas. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – A próxima a falar é a Sra. Rafaela Galletti. Em seguida, será o Sr. Walter Osvaldo e a Sra. Galletti já fica à Mesa. É isso? Perfeito. Tem a palavra a Sra. Rafaela Galletti e, em seguida, o Sr. Walter Osvaldo, do Flat Wall Street.

A SRA. RAFAELA GALLETTI – Exmo. Sr. Vereador Presidente, Vereador José Police Neto, demais membros da Mesa, senhores presentes, logo no início, nos meados de março, por meio do *Diário Oficial*, por força dos meus afazeres diários, tive contato com uma decisão da comissão que já foi representada, aqui, hoje, a Comissão de Obras, informando que estariam em parecer favorável a essa obra, porém, exigindo diversos estudos, consultas e

audiências públicas.

Isso ficou no vazio até que, em junho, houve o chamamento. Então, a sequência foi a seguinte: em primeiro lugar, houve o estudo, já com o projeto encomendado e feito. Do estudo, passou-se ao chamamento. Do chamamento, é claro, teve uma resposta, pela Associação, e não houve audiência pública.

Eu contesto a ideia de que no MASP foi uma audiência pública, até porque eu estou aqui, com o convite. Foi um convite para apresentação do projeto, apresentação com número reduzido de pessoas e convidados – e muitos nem puderam entrar, porque a salinha de reunião escolhida, lá, no MASP, era muito pequena. Conheço, aqui, pessoas, hoje presentes, que não conseguiram o acesso ou que tiveram dificuldade para entrar.

O meu questionamento não é a obra, tecnicamente falando, porque sou advogada, e não técnica no assunto de engenharia e arquitetura. O meu grande questionamento é por que os locais não foram chamados. Essa integração, tão propalada, não houve com quem já está na reunião. Eu contesto essa integração, porque, se uma pessoa não é capaz de fazer integração com seu vizinho imediato, como o Edifício Eluma, como o Edifício Miami Center, como os edifícios residenciais, é difícil entender que isto vai funcionar – a não ser que seja, na parte da obra pública, uma extensão do próprio empreendimento, para ficar mais bacana, entre aspas.

O que eu quero dizer é o seguinte: eu preciso, ainda, em nome dos moradores da região da Paulista e de todo o entorno, me convencer e que sejamos convencidos de que o *boulevard* e o túnel são bons para nós, também, que são bons para a região e não funcionam apenas como um calçadão para tornar o empreendimento, que já é lindo, que já é de primeiro mundo – ninguém contesta isso e já declarei isso por meio do Estadão... Seja não somente para o interesse do próprio empreendimento...

Estive em reuniões. Fui muito bem recebida por todos os representantes do empreendimento. Porém, eu não vi, conforme já solicitei, os estudos de soluções ambientais, estudos viários, as soluções para os moradores. Estou vendo, aqui, moradores de condomínios

ao lado do Edifício Eluma, ao lado do Edifício Miami Center, todos interessados. Todos querem saber dessa solução. Senti falta da SP Trans nesse processo.

A Avenida Paulista fecha aos domingos e feriados. Por exemplo, amanhã será uma dobradinha, sábado e domingo, feriado e domingo. É por ali que passam os ônibus dos trabalhadores. São porteiros. São enfermeiros e auxiliares de enfermagem que trabalham em toda a região. Por onde vai passar a linha de ônibus? Porque, fora da São Carlos do Pinhal, não há outro trajeto. Desce para o Bixiga? A ambulância, por onde ela vai? Eu estou falando, durante a obra, agora, o que é muito imediato. É um pedido imediatíssimo, a curtíssimo prazo.

A ambulância que vai para o Hospital 9 de Julho pega a São Carlos do Pinhal. De segunda a sexta, sem manifestação, ela vai pela Paulista, mas, com manifestação e aos sábados, domingos e feriados, ela pega a São Carlos do Pinhal até o Viaduto Antônio Carlos e vira à direita para a Peixoto Gomide, chegando ao Hospital 9 de Julho. Como vai fazer durante a obra? São dois anos.

Nós temos manifestação todos os dias. Aliás, no domingo, vai haver umas cinco, lá, à porta do MASP, durante o Ruas Abertas. O que é que nós vamos fazer na nossa vida?

A mãe que vai buscar o filho na escola, que mora na São Carlos, que mora na Peixoto, os idosos que precisam... A São Carlos do Pinhal tem outros problemas que não são esses. No número 30 tem a Prevent; até a Joaquim Eugenio de Lima há três prédios da Pro Matre, a Gazeta, o Shopping. E o Shopping, nós sabemos do impacto que trouxe para essa mesma rua, a São Carlos do Pinhal, e não está bom. Os caminhões frigoríficos passam à madrugada estacionados embaixo de condomínios residenciais, com tudo ligado. Nós precisamos de respostas porque até agora nós somos estranhos ao projeto. O vizinho imediato nada conhece do projeto. Foi feita uma apresentação no MASP como esta. É lindo? É, Adriana, parabéns, o seu projeto é maravilhoso, mas a minha pergunta é: esse projeto cabe nesse lugar? É bom para nós? Quais são os impactos? O Miami Center vai ficar isolado numa ilha? E o Eluma? Aliás, eu frequento muito, o meu banco é lá. Vai ter livre acesso? O vizinho residencial vai poder se locomover facilmente ou vai ter de dar ré? A esquina anterior é a

Pamplona, com todo movimento do Shopping Cidade de São Paulo, que não é pequeno.

Essas são as perguntas.

Encerrando, excelência, eu vou aproveitar a especificidade desta Comissão, me permitir - em nome das associações várias de São Paulo - entregar o nosso manifesto da sociedade civil contra a poluição sonora, muito pertinente a esta Comissão.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado. Eu vou pedir aos outros inscritos, para deixarmos equânime as falas. O Fernando representando e como consultor jurídico dos edifícios passou um pouco do seu tempo; e a Rafaela do Movimento de Moradores da Paulista e Entorno também. Daqui para frente, gostaria que mantivéssemos o tempo de três minutos para não alongarmos muito.

Eu quero convidar o Fernando para fazer parte da Mesa, como consultor jurídico dos edifícios Eluma e Center.

O próximo inscrito é o Walter Otto do Flat Wall Street; em seguida, Benedito Abbud, urbanista.

O SR. WALTER OSVALDO OTTO – Sr. Presidente, membros da Mesa e presentes. Eu represento o Wall Street, Rua Itapeva, 636.

Como todos falaram até agora, quero elogiar o projeto da Dra. Adriana, tudo muito lindo, ela nos apresentou, está tudo maravilhoso. Só que para encurtar a conversa, somos estritamente contra esse túnel. Nosso empreendimento tem 300 chaves e simplesmente vai acabar comercialmente se o túnel se mantiver da maneira como está projetado. Nossa solicitação é que tenhamos um acesso completo ao projeto da Dra. Adriana ou as suas escalas – que já foi solicitado há seis meses – para que possamos colaborar com o projeto, fazê-lo viável, que sirva a todos nós, a todos os moradores da Itapeva, da Rio Claro, a todo pessoal que mora envolta. É lindo o projeto, nós queremos participar, queremos usufruir, mas não queremos morrer com ele.

São 300 chaves e eu represento não o meu nome, mas o meu cargo, e nós

precisamos de acesso total do nosso departamento técnico, da engenharia de projeto, do jurídico. Não estamos contra o projeto, mas não queremos morrer com o projeto. Então, por favor, disponibilizem, nos comuniquem, nós estamos abertos ao diálogo, somar com todo mundo.

Quanto aos departamentos da Prefeitura, nós nunca fomos consultados, nunca fomos comunicados de nada. Nós só fomos convidados para duas reuniões. Foram muito gentis, foram muito esclarecedores quanto ao empreendimento. O nosso gerente e eu participamos, mas não fomos atendidos quanto ao fornecimento de plantas do entorno viário. Nós temos um ponto de ônibus com três estacionamentos, em frente ao hotel, temos um ponto de táxi e duas entradas do estacionamento do hotel. Simplesmente o túnel vai matar, nós vamos simplesmente fechar o hotel ou vai virar alguma coisa que nós não queremos que vire.

Então a nossa solicitação é o acesso total ao projeto para que nós possamos somar ou indeferir, logo de vez.

Era o que tinha a falar, dentro da minha simplicidade.

Agradeço a todos, fui bem claro quanto ao que nós queremos.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado. Tem a palavra Benedito Abbud e, em seguida, Sérgio Roberto Teixeira, morador da Alameda Rio Claro.

O SR. BENEDITO ABBUD – Presidente da Mesa, quero saudar a todos e a todas.

Como urbanista, eu quero dizer o seguinte: um projeto como esse é fantástico para uma cidade como São Paulo: prioriza realmente as pessoas que é o que o mundo está buscando.

Outra coisa, eu acho que esse projeto vai valorizar e não é apenas o projeto. Eu fiz um projeto há 20 anos, participei, na verdade, do projeto do Kinoplex, que a maioria deve conhecer, do Brascan Century Plaza. Ele melhorou todo entorno da Cidade.

É isso que o Jaime Lerner, nosso grande urbanista, diz: é uma acupuntura urbana. Assim como no corpo humano, se eu ponho uma agulha e ela me melhora todo corpo; no

corpo urbano, quando eu coloco determinado elemento, eu trago pessoas - e esse é um projeto de vida como a gente já viu aqui a Adriana explicando. Então esse projeto não é somente o túnel, mas um corpo urbano, e quando eu coloco uma agulha desse tipo, eu também trago melhorias para todo o entorno.

Acho que o exemplo mais claro é o High Line Park em Nova York, que melhorou muito, valorizou em termos de tudo, do social, do dinheiro, quer dizer, os empreendimentos foram valorizados, ruas em *cul-de-sac* hoje são, cada vez mais, procuradas. A cidade está deixando de ser “rodoviarista” para ser uma cidade de pessoas.

Acho que esse projeto é mais do que um túnel, mas acho que tem também de realmente resolver as questões pontuais, mas pra Cidade o projeto tem um peso enorme, gente! Então acho que vale sim o nosso esforço.

Outra coisa, o projeto tem verba de manutenção. Estamos acostumados a ver, infelizmente, um poder público que não mantém; e o poder privado, nos projetos que eu fiz, realmente nós temos uma qualidade muito melhor de manutenção.

Outro projeto que participamos foi o da praça ao lado do Shopping Cidade São Paulo, uma área permeável e nós conseguimos fazer uma praça muito bem cuidada.

Então acho que é isso, temos de dar um crédito e realmente resolver as questões pontuais, mas trazer à Cidade para as pessoas. Esse é um ponto e nós temos soluções técnicas fantásticas como os SUDS – Sistemas Urbanos de Drenagens Sustentáveis, que há muito tempo se pretende fazer. O nosso solo é completamente desidratado e esse é um processo técnico que vai ajudar a hidratar os nossos solos, com isso melhorando a vegetação e as ilhas de calor, as bolhas de calor que temos infelizmente na cidade de São Paulo, que era a Cidade da Garoa e hoje em dia é a Cidade das Tempestades muito em função da desidratação do nosso solo.

Então acho que um projeto que inova em termos técnicos e em termos sociais, nós devemos dar todo nosso crédito a esse projeto.

Obrigado!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado, Benedito. Tem a palavra Sérgio Roberto, morador da Alameda Rio Claro. E em seguida Dirce, também moradora da Alameda Rio Claro.

O SR. SÉRGIO ROBERTO TEIXEIRA – Primeiramente, agradeço a nossa Câmara Municipal por essa oportunidade de expor as nossas ideias.

Devo dizer que eu estou surpreso, atônito com as pessoas que só agora estão sabendo do projeto. Durante anos, alguns anos, todos os prédios da Alameda Rio Claro receberam correspondência, entrega em mãos, pelos responsáveis do projeto.

- Manifestação do público.

O SR. SERGIO ROBERTO PINTO TEIXEIRA – Sim senhor. Todos, solicitando a presença de representantes dos prédios em reuniões. Eu fui representando o meu condomínio em todas essas reuniões e depois das reuniões fazia um resumo de tudo o que tinha sido apresentado e era distribuído para todos os moradores do nosso condomínio. Então nessas reuniões encontrei representantes dos outros prédios da Alameda Rio Claro. Agora, se o prédio não mandou ninguém é outro problema.

Outra coisa, dizer que todo mundo é contra não é verdade. Sempre depois dessas reuniões eu fazia um resumo de tudo o que foi apresentado, distribuía para todos os moradores e frequentemente discutíamos em reuniões. Então posso dizer que no nosso condomínio todo mundo está de acordo com esse projeto. A nossa rua vai ficar sem saída, as pessoas gostam disso porque temos um trânsito de passagem. Muitos carros vêm com velocidade, já tivemos acidente de carro saindo da garagem e sendo atingido por um carro que estava passando porque ficam carros estacionados.

Então achamos que o fato da rua ficar sem saída fica uma rua tranquila. Morar numa rua tranquila próxima à Av. Paulista é um privilégio. Posso dizer que no nosso condomínio há um apoio total a esse projeto e as pessoas estão sabendo desse túnel há muito tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado, Sergio. Dirce Carreon, também moradora da Alameda Rio Claro, em seguida, Reinaldo Canto Pereira Filho.

A SRA. DIRCE CARREON – Bom dia a todos, obrigada pela oportunidade. Também sou moradora da Rio Claro há 27 anos.

Como moradora e conversando com outras pessoas, em 27 anos estabelecemos relações com outros prédios, sempre fomos informados do que ia acontecer. São chamados sim, não só o prédio que eu represento, como os outros prédios da região.

Sou Arquiteta e como arquiteta acho que esse empreendimento está de parabéns porque é não só um empreendimento que tem uma valorização para os proprietários de imóveis daquela região, como há uma valorização da vida comunitária. É um projeto que vai ampliar uma área de convivência em São Paulo. Ampliando também uma área verde, a possibilidade das pessoas circularem e a possibilidade, inclusive, para quem mora ali de segurança.

A informação que temos, têm pessoas que realmente, como o vizinho comentou, não foram participar, mas todos foram avisados. Pela informação que tenho o trânsito não vai ser interrompido em nenhum momento. E caso seja interrompido em algum fator que venha a trazer maior confluência de trânsito em algum momento é talvez o mínimo de sacrifício para um benefício que será eterno.

Outra questão levantada e que não lembrava as reuniões que participei, é o fato de ser mantido o empreendimento. Quantas áreas públicas que sabemos, em São Paulo, são degradadas por falta de recurso do Poder Público. Então a garantia de um empreendimento que vai ser mantido durante 30 anos é uma garantia impressionante, uma garantia de qualidade de vida.

E falo mais, além de Arquiteta e moradora há 27 anos, sou prêmio em direitos humanos nacional e pela questão da diversidade eu acho importantíssimo que tenha áreas que preservem o bem estar das pessoas, seja qual for a orientação sexual, raça, cor, identidade ou

qualquer outra coisa. Eu acho que isso é um exemplo de respeito ao ser humano, um exemplo de respeito aos direitos humanos e isso deve ser enaltecido por um empreendimento privado desse porte, dar importância para isso.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado, D. Dirce.

Reinaldo Campos Pereira Filho. Em seguida, Luciano Martins de Faria, Diretor da Associação de Moradores da Bela Vista e Bixiga.

O SR. REINALDO CAMPOS PEREIRA FILHO – Boa tarde.

Sou morador há 20 anos da Alameda Rio Claro, neste momento eu sou síndico e nós tivemos diversas reuniões com o empreendimento. Na verdade, em tudo que está sendo colocado aqui, em nenhum momento foi dito que não deve ter o projeto, que ele não é interessante, que ele não deve ser colocado da forma como ele está sendo visto aqui. O que está sendo questionado é que algumas pessoas acham importante que haja talvez um diálogo maior, as pessoas precisam ser esclarecidas, por todos esses impactos.

Meu edifício é o Jardins Evolution, exatamente na ponta contrária à São Carlos do Pinhal e está distante da Itapeva. Obviamente os nossos impactos são menores que os de vocês. Eu me solidarizo com vocês no sentido de que há necessidade de mais informações para que a gente consiga solucionar isso.

Importante também ressaltar, como disseram meus vizinhos da Rio Claro, que nós tivemos, sim, reuniões e, exatamente por o nosso impacto ser um pouco menor, nós fomos muito favoráveis ao projeto. Os impactos da obra em si, que é sempre um transtorno, de madrugada com os caminhões, são impactos inevitáveis. Claro que com a construção de um túnel esses impactos vão ser um pouco maiores, e eles precisam ser esclarecidos por vocês, para todos nós, para que a gente tenha uma convivência e benefícios extraordinários para todos nós.

Mas é óbvio que neste momento em que vai haver algumas obras mais pesadas, mais complicadas, precisamos ter todas essas questões bem esclarecidas, bem impactadas

em relação ao seu futuro, ao momento do que vai ocorrer. Eu tenho certeza de que a gente vai conseguir chegar a um ponto positivo. Essa é uma obra que interessa não só aos moradores da Rio Claro como também aos moradores da Itapeva, quem trabalha na Itapeva, os moradores da São Carlos do Pinhal, a cidade de São Paulo.

Uma área que a gente viu degradada durante tantos anos, uma área extraordinária, com um potencial fantástico, largada. O que iria acontecer com aquilo, um patrimônio da cidade de São Paulo completamente abandonado. Diante dessa questão, se a gente conseguir solucionar esses problemas, que eu ainda imagino que seja possível, que vocês tenham condições de nos mostrar melhores caminhos, isso vai trazer benefícios para todos nós, cidadãos moradores de São Paulo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Luciano Martins Faria. Em seguida, Patrícia Navarro, Presidente do Conseg Bela Vista, República, Liberdade.

O SR. LUCIANO MARTINS FARIA – Boa tarde. Vou ser bem breve, porque a maior parte já foi dita.

Primeiro, a preocupação com esses dois anos fechado, porque as manifestações são diárias na Paulista, então não vai ter fluxo dos ônibus, do transporte público que usa aquela via durante esses dois anos; por onde eles vão passar?

O Estudo do Impacto Ambiental, que já foi falado. A Rafaela já falou dos hospitais da região. Agora não só do impacto ambiental daquela área do empreendimento; e na Bela Vista, nos Jardins, Consolação, Paraíso? A Paulista é um eixo, todas essas regiões vão ser afetadas.

Outro detalhe: o Ruas Abertas de domingo vai ser suspenso durante as obras? Porque vai estar fechada a via de tráfego dos veículos, então não pode a Paulista ser fechada todos os domingos e feriados. Precisamos saber disso.

A reunião no MASP que foi mencionada, a nossa Associação de Moradores da Bela Vista, que é a área do empreendimento, ali é Bela Vista, não foi notificada para estar na

reunião, porque não foi uma audiência pública, foi uma reunião. Também nunca fomos procurados no início do projeto, para ser apresentado, porque nós tínhamos que chamar os moradores não só do entorno, de uma área maior que nós representamos, que vão ser superimpactados.

Como disseram que a Rua Rio Claro vai estar sem saída, ali tem um fluxo grande que é até problemático para eles, por causa do trânsito que desce para a Nove de Julho e outras áreas ali. Como vai ser esse impacto? O que a CET apresentou? Com vai ficar nesses dois anos? Nós precisamos de tudo isso

Então eu gostaria muito que respondessem essa parte e que o empreendimento conversassem conosco, das associações de moradores da área ali, para trabalharmos juntos, porque o impacto vai ser enorme não só na área da Paulista, e sim em vários distritos no entorno, porque a Paulista é um elo dentro dessa área central. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado, Luciano.

Patrícia Navarro. Em seguida, Francisco Gomes Machado, presidente do Conseg Higienópolis e Vila Buarque.

A SRA. PATRÍCIA NAVARRO- Boa tarde à Mesa e aos presentes. Eu sou presidente do Conseg Bela Vista, República e Liberdade e represento um grupo de 60 síndicos da região, e tem síndicos também de onde vai ser feito o projeto.

Bom, o projeto é lindo, todo mundo já falou. Até no intuito de fazer a interação com o morador em situação de rua, vai ter o programa da horta social urbana, que é um projeto hipersuperbacana. Porém essa coisa de interação com o morador em situação de rua é muito complicada. A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social está quebrada, cinco secretários nos últimos dez meses; então eu não entendo como é que vai ser feito isso.

Eu estou pensando lá na frente. Todo mundo já falou de trânsito, mas eu não consigo entender, queria que alguém me explicasse, a construção de um túnel que vai ter um espaço em cima, de lazer. Nós temos 113 parques em São Paulo, grande parte abandonada. A Avenida Paulista está abandonada. Dá uma volta lá no domingo, gente, vai do Paraíso à

Consolação. Aquilo está um horror! O centro da Cidade está abandonado, não tem zeladoria.

Quem vai cuidar da zeladoria desse projeto? A Associação São Paulo Capital da Diversidade, por meio de termo de cooperação. Eu sou presidente do Conseg e a gente não consegue um termo de cooperação para cuidar de uma praça. Vocês acham que alguém vai cuidar? Não vai cuidar, gente. Papai Noel não vai passar no dia 25 de dezembro. O projeto é lingo, maravilhoso, mas...

E outra: ninguém foi convidado para a reunião. Eu sou presidente de Conseg. Saiu no *site* Terra que foram sete reuniões, convidaram Consegs, associações. Mentira. Não fomos convidados. Então é isso, a minha preocupação é lá na frente, é com a zeladoria, que é o que eu trabalho hoje e é o que a gente não tem.

Boa tarde. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado, Patrícia.

Francisco Gomes, do Conseg Higienópolis e Vila Buarque. Em seguida, Beto Lago, morador da Rua Rio Claro.

O SR. FRANCISCO GOMES – Boa tarde, Sr. Presidente, membros da Mesa, senhoras e senhores.

Como presidente do Conseg anunciado e também como munícipe, gostaria de dizer que o projeto Matarazzo é espetacular, é uma coisa cinco estrelas, digna de todos os elogios. Agora, fomos surpreendidos pela informação dessa quase que invasão do viário para túnel e essa espécie de calçadão. Isso foi pouco informado, sobretudo pelas informações que nós temos, porque os Consegs do CPAMU, da região central, estamos trabalhando em conjunto e desconhecíamos muito disso.

A apresentação que foi feita aqui em simulação digital é lindo, agora, simulação digital se pode transformar até o aterro sanitário em um éden. Será viável? Não sei.

Agora, o ponto principal que me chama atenção pelas informações e pelos dados todos e ouvindo aqui os que me precederam é o seguinte: não está havendo transparência com os moradores, que são os grandes concernidos. Então, eu solicito a esta Mesa que faça

uma real audiência pública em horário viável e não às 11 horas da manhã, quando todos estão no seu ganha-pão. (Palmas). Não são um bando de aposentados e essas pessoas, no horário factível, próximo, concernido, as pessoas possam democraticamente se manifestar.

Há um ponto, por exemplo, que eu gostaria - o tempo é muito curto, tem vários pontos que gostaria de indagar a essa invasão do viário, a extensão do projeto Matarazzo, como eu disse, é espetacular, 5 estrelas, fantástico. Agora, esse há várias dúvidas a respeito da viabilidade, sobretudo em função dos moradores.

Está dito que esse espaço vai estar aberto 24 horas por dia, está lá, está no projeto, foi distribuído e com atividades culturais. Quem vai reger isso? Nós vivemos em uma Cidade que vive infernizada pelos pancadões e pelas violações de comodidade de som e de baderna diurno e noturno. PSIU é um ente de razão porque não funciona, é zero à esquerda. Então, atividades culturais neste local que vai estar aberto 24 horas por dia na frente de prédios residenciais. Essas pessoas vão ser vitimadas por esse empreendimento? Não sei. É preciso ser esclarecido, repito, dentro de uma audiência pública e não como foi dito aqui que já passou por Siurb e está tudo aprovado. Então, eu pergunto: nós viemos fazer o quê aqui? Se já está tudo aprovado? É apenas para constar que houve uma audiência? Não. Nós estamos em um regime democrático em que as pessoas precisam ser ouvidas e sobretudo os moradores da área concernida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado, Sr. Francisco.

Sr. Beto Lago, morador.

O SR. BETO LAGO – Olá, bom dia para todo mundo.

Em primeiro lugar, sou morador também da Pamplona, 346. Obviamente que o projeto valoriza toda a região, mas a minha questão é que além de todas as questões colocadas em relação ao trânsito na própria Pamplona, tudo o que vai virar, é em relação a essa proposta da diversidade. Na verdade eu não vejo diversidade nenhuma.

Sou criador do Mercado Mundo Mix, fiz a lei de comida de rua em São Paulo, fui

também o técnico dos distritos de economia criativa, do Pec, Plano Diretor e a gente sabe que diversidade é uma palavra que a gente tem que tomar cuidado para não virar a palavra sustentabilidade.

Eu vejo uma série de marchands, lojistas, eu sei porque faço parte desse mundo da moda, de artesanato, de tudo, vendo ali como realmente o primórdio assim da elite da elite. Não existe um projeto que eu saiba no mercado de inclusão ou social ou sexual ou da diversidade porque se existisse, a diversidade de São Paulo teria sido convidada para participar. O que eu sei é que vai ter uma feira com os móveis mais caros que existem em São Paulo, a moda vai ser a moda mais elitista, o próprio local é de luxo, isso é o que está sendo falado pela Cidade inteira.

Então, só me preocupa além de todas essas questões é ser usado o nome da diversidade no projeto que de diversidade não vai ter nada. É um projeto para a elite paulistana em minha opinião.

Essa é a minha cooperação. Obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado, Beto. Felipe Farina. Em seguida, Marco Vinícius, morador da região.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Tem a palavra o Sr. Felipe Farina.

O SR. FELIPE FARINA – Boa tarde, Sr. Presidente, a Mesa e todos que estão aqui. Meu nome é Felipe. Eu sou arquiteto e urbanista. Formei-me em 2017, e eu sempre considerei que um dos grandes desafios em se pensar na resignificação de espaços é fazer isso por meio da ação projetual. Eu acredito que a gente também tem que pensar no potencial transformador que essas intervenções podem vir a ter, principalmente se tratando de um distrito tão importante quanto a Bela Vista e também numa área de tamanho interesse histórico. Eu sempre passei muito pelo Rio Claro e pela São Carlos do Pinhal, e sempre olhar para esses espaços me fez refletir sobre eventuais estratégias de ressignificar aquelas dinâmicas, tanto do espaço público quanto do ponto de vista do patrimônio histórico. Eu acredito que o projeto é muito bem sucedido, em fazer essa integração, uma vez que ele

oferece possibilidades tanto na perspectiva do pedestre, quanto valoriza a dinâmica e a vida social. É em espaços como esses que devem se valorizar a dinâmica social das nossas cidades.

Eu acho que é um projeto integrador. Eu acho que ele é interessante do ponto de vista ambiental. Eu acho que ele é interessante do ponto de vista cultural, interessante do ponto de vista do lazer e do ponto de vista dos modais; e faz uma boa transição entre a Avenida Paulista e as demais áreas centrais. Eu pessoalmente estou feliz e animado. Eu acredito veementemente no potencial de qualificação que esse projeto vai trazer. Acho importante existir um espaço como esse, para que todas as vozes sejam ouvidas; mas pensando num ganho social amplo, eu acredito no projeto. Agora eu estou falando profissionalmente. Eu acho que é um projeto bastante equilibrado e sensível.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Tem a palavra o Sr. Marcos Vinícius, morador da região.

O SR. MARCOS VINÍCIUS – Boa tarde a todos, companheiros da mesa e Sra. Regina Monteiro, minha amiga. Eu sou advogado, e, em 1999, entrei com uma ação civil pública contra o projeto proposto para o Hospital Matarazzo, pela Previ, que era um projeto predatório. É aquele projeto que iam manter uma fachadinha lá e construir mais o mesmo que já há na região, com prédios espelhados. A gente conseguiu embargar esse projeto, e ele ficou embargado durante muito tempo. Só em 2008, se não me engano, é que felizmente apareceu um francês excêntrico, porque topou comprar a área e fazer um projeto em que poucas pessoas teriam essa iniciativa, penso eu. Ele comprou uma área fechada há 30 anos, com uma ação civil pública em cima e um monte de problemas legais para resolver. Aí passou a desenvolver o projeto. Eu fico feliz aqui, porque todo mundo falou que o projeto da Cidade Matarazzo é importante para a Cidade e para todos nós. Eu posso assegurar que não é um projeto elitista. Eu sou de classe média e espero inclusive frequentar o local.

Em seguida a isso, vem esse projeto da Paulista, do *Boulevard* e a questão do

túnel. Eu acredito sim na linha de que a Paulista seja um lugar cada vez mais de estar e não um local só de passar.

Pelo que eu conheço do grupo, acho que a disposição da Prefeitura, por ser um projeto público, deve ir à mesma linha. Existe uma disposição genuína para o diálogo. Eu vejo aqui muitas queixas por falta de diálogo e falta de transparência. Eu acho que essas queixas são legítimas. A gente tem que achar um jeito de fazer um processo de participação com começo, meio, fim e de esclarecimento, e, se for necessário, modificação ao projeto.

Tenho certeza que existe uma disposição de diálogo em comum tanto do grupo quanto da Prefeitura. É só uma questão mesmo de ordenar esse diálogo.

Quanto mais o projeto for conhecido, isso eu posso também dizer pela qualidade, mais vão diminuindo as resistências. Isso aconteceu quanto à preocupação com os impactos que o projeto Cidade Matarazzo causaria. Quanto mais ele ficou conhecido, bem mais esclarecida a população do entorno foi. Aí menores foram as resistências. Eu acredito que esse projeto pode se repetir.

Então, eu convidaria a todos a reivindicar sim o diálogo, reivindicar sim mais transparência e mais informações; e também a gente poderia desarmar um pouco o espírito beligerante, porque realmente não há essa necessidade. Existe uma abertura para o diálogo, e esse diálogo vai acontecer. Não aconteceu até agora não foi por má-fé de ninguém. Foi porque infelizmente, às vezes, falta alguma coisa. Às vezes, cometem erros no procedimento, mas eu acredito que isso pode ser colocado de uma forma viável daqui para frente, para que o diálogo aconteça de forma real, com esclarecimento. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Tem a palavra o Sr. Adam, arquiteto.

O SR. ADAM - Muito obrigado. Sou arquiteto e urbanista. Eu nasci em Copenhague, cidade que nós gastamos os últimos vinte anos tirando carros da cidade para uso de bicicletas. Eu moro em São Paulo hoje. Copenhague é considerada a melhor cidade do mundo para morar, porque nós tiramos os carros. Nós damos prioridades para os pedestres e áreas verdes, áreas sustentáveis. Eu acho esse projeto incrível. É uma chance fantástica.

Alguém quer investir esse dinheiro, em São Paulo, numa área verde? Onde vão os paulistanos aos finais de semana? Vão para os parques, como Vila Lobos, porque estão faltando áreas verdes em São Paulo para os paulistanos; e esse projeto vai conectar com o outro lado da Paulista. Vai se criar um grande oásis no meio da Cidade, onde quase não há árvores. Na Paulista, há poucas árvores, mas há uma área muito agradável. A gente pode fazer um investimento privado, que vai ser um espaço democrático. É um espaço aberto. Quem quer investir? Então, em São Paulo, podem fazer uma área de investimento. Esse é o grande problema de São Paulo, priorizarem os ricos. Aqui nós estamos tirando os carros. Quem senta dentro do carro é o pessoal que tem dinheiro. Aqui é um espaço público, aberto para todo mundo, numa área verde.

Parabéns por esse projeto. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) - Tem a palavra o Sr. Carlos Carmelo De Benedetto.

O SR. CARLOS CARMELO DE BENEDETTO – Boa tarde a todos. Eu não quero ser exceção, mas eu havia me inscrito. Eu lamento entrar aqui dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Não há problema. Pode falar.

O SR. CARLOS CARMELO DE BENEDETTO – Sou arquiteto-urbanista e estou como síndico do Condomínio São Carlos do Pinhal e Paulicéia, na Rua São Carlos do Pinhal, 345, e na Avenida Paulista, 960.

Falou-se, no início, sobre a pretensão de tornar São Paulo a capital mundial a diversidade. Isso é muito bom, seja a capital mundial da diversidade, da gastronomia ou seja outra coisa que a gente possa encontrar para a nossa querida Cidade, mas para ser uma capital mundial, temos que fazer as coisas nesse nível. Não podemos começar sem um estudo de impacto de vizinhança e de meio ambiente. Será que, em Toronto, seria possível? Em Paris, em Lion, se fazer um empreendimento numa área pública sem esses estudos seria possível? Esse seria o primeiro ponto, que não nega a qualidade do projeto ou da ideia, mas tem que ser feito da forma correta.

O segundo ponto que eu gostaria de destacar mais nitidamente no projeto, é sobre a necessidade de se criar um mercado de orgânicos. Ali existe uma feira aos sábados na Alameda Rio Claro. Não consta, no projeto, onde será esse mercado de orgânicos. Há uma menção ou uma releitura das carruagens, tipo Luiz XIV. Será isso o mercado de orgânicos? Deveria ser bem discutido e definido onde ele seria. Um terceiro ponto também nitidamente ao projeto, esse *boulevard*, a meu ver, é uma ligação entre o empreendimento e a Avenida Paulista. Ele está prevendo, pelo menos, até o momento, uma cota de nível mais alta em relação à Itapeva, o que pode criar muitos problemas, principalmente se houver uma questão de emergência, para onde e como sairão as pessoas, rota de fuga. Não está previsto isso.

Então, são esses três pontos que eu gostaria de enaltecer, já que se abre a possibilidade desse diálogo, para que isso seja levado em conta, sem considerar ou literar o que foi colocado aqui nos outros estudos.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Nós certamente faremos outra audiência pública e o horário e dia será a combinar. Se marcarmos às quatro ou cinco da manhã, eu também faço. Às duas da manhã, estou à disposição. Estou aqui para trabalhar. Qualquer paixão me diverte. Aí nós faremos outra audiência pública, para ouvir o Poder Público, os responsáveis do empreendimento, e a gente obter uma devolutiva. É importante que a gente fazer essa audiência pública, diante das questões apresentadas.

O Vereador José Police Neto é membro efetivo da Comissão de Política Urbana e vai usar a palavra.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Eu acho que foi uma audiência importante, porque deixa claro o desejo da sociedade em participar quanto ao conjunto das exposições aqui. Parece que há uma oposição importante, mas é uma oposição muito mais do diálogo e das alternativas que há para implantação do projeto apresentado. Portanto, não me parece ser uma oposição à ideia de se construir uma região com maior investimento dos agentes privados que já estão ali. Portanto, há uma convergência de todas as falas. Parece-me também que não há

oposição daqueles que falaram, por parte dos empreendedores, de uma dedicação mais aprofundada, que foi, até o momento, para que isso, de fato, aconteça.

Agora é fundamental a gente também percorrer esse período histórico que vivemos. De fato, conseguir capturar investimentos privados, mesmo que esses investidores privados tenham resultado do investimento que fazem na Cidade, tem que ser compreendido de uma forma diferente que era no passado. Se a gente consegue dar um grau de transparência efetivo a esses investimentos e esses investimentos, de fato, transformam para o bem a nossa Cidade, não há razão de termos oposição a esse recurso, na medida em que a Cidade vem mostrando a sua fadiga de construção, a partir dos impostos, de recursos capazes de fazer essas melhorias. A gente luta muita para reduzir a carga tributária e não para aumentá-la. Portanto, quanto mais a gente conseguir capturar dos agentes privados, porque conseguem apresentar projetos bem estruturados para melhorar a Cidade e investir na transformação e mantê-la, sem dúvida alguma, a gente vai para um ambiente de desenvolvimento urbano da Cidade muito mais saudável.

Acho que, pelo ineditismo da proposta, a gente sofre por isso. São poucos os empreendedores que estão dispostos a fazer um investimento desse tamanho. Portanto, eu posso dizer que, do período em que estou aqui, na Câmara, essa é a primeira audiência pública que alguém vem oferecer alguns milhões de reais. Normalmente quem vem aqui vem pedir milhões de reais e não oferecer. Portanto, a gente tem que estar atento ao processo, para saber como esse recurso é bem investido, como ele conseguirá ser bem mantido e como, de fato, ele vai garantir essa universalidade.

Para quem conhece aquele território, é um dos territórios mais importantes da Cidade. Por isso o Plano Diretor foi trabalhar esse território. O território da Paulista é uma zona de interesse da paisagem, da história da Cidade. São dois únicos territórios que receberam esse tratamento, e a Paulista é um deles. Portanto, não só para aquele pequeno trecho, mas para todo o entorno da Paulista, intervenções como essas serão parte do nosso foco no futuro. Então, muito do que se deseja, pelo menos, para a Cidade que eu pretendo entregar para a

minha filha, mais esta Cidade apresentada hoje aqui e menos da Cidade que nos trouxe até aqui. Então, de fato, é uma Cidade um pouco menos carro dependente, que consegue oferecer um pouco mais de segurança para aquele que resolve circular em cima da sua bicicleta ou circular a pé, que representa um terço da circulação da Cidade, mas nunca os investimentos chegaram para a população que circula a pé. Praticamente é invisível na Cidade, mas infelizmente são os mais sequelados e os mais assassinados pelo trânsito de São Paulo.

Há 400 vidas em média perdidas todos os anos em atropelamentos na Cidade, porque a gente adotou uma visão da Cidade absolutamente carro dependente, que foi tirando vidas de pessoas que circulavam a pé. O cidadão comum, universal, que não tinha nem o recurso necessário para comprar uma bicicleta, circulava a pé ou por desejo.

Então, acho que o debate é muito bem vindo. Acho que a gente precisa, de fato, aprofundar. Com mais uma audiência pública, com as devolutivas que nos parecem necessárias dentro de um prazo adequado de convocação dos outros, que talvez não estiveram hoje aqui no período adequado, no sábado, domingo ou depois das 19 horas. Acho absolutamente adequado. Podemos conseguir ter esse prazo aí de quinze dias entre o ato da publicação e a realização, porque aí a gente consegue mobilizar um pouquinho mais a sociedade, dialogar um pouquinho mais e sim ter um projeto implantado, de forma a privilegiar a Cidade, que vai substituir essa, que pensou demais no motor e pensou de menos nas pessoas. Então, é bem vindo o debate, é bem vindo o ineditismo da proposta, mas insisto que a gente vai ter que aprender a lidar com essas questão, em especial porque a gente tem uma Cidade construída e está em fase de transformação e toda transformação gera a necessária acomodação. Talvez não seja exatamente do jeito que eu queria, talvez não seja exatamente do jeito que o outro queria, mas vai ser do encontro das nossas ideias e do ponto das convergências, sempre lembrando que ela não pode prejudicar a participação de ninguém. Então, é muito importante essa questão da participação de todos, mesmo havendo uma forte oposição. Não há problema, na democracia, a gente ter oposição a uma ou outra ideia. O que não pode haver é não permitir o ambiente saudável à disposição das ideias que são contrárias

aos projetos.

Aqui eu percebo, pelo processo que seguiu, um interesse genuíno da Prefeitura também. Então, assim que a comissão já, na semana passada, resolveu fazer audiência pública, eu percebi, nos diálogos, que o Executivo teve comigo um interesse genuíno da Prefeitura em promover o debate, realizando um grau de intervenção naquele território, que resignifique a área. Portanto, a gente tem que aproveitar também isso, esse esforço que a Prefeitura pode fazer, de ajudar no desenho do projeto, ajudar nas fórmulas. É isso mesmo, é cobrar a CET, cobrar a SPTrans e cobrar as autoridades públicas, que poderão nos auxiliar na forma de implantação, porque muito do que eu escutei aqui é a preocupação com os impactos de obra.

Eu tenho acompanhado uma obra gigantesca, que vai acontecer na Avenida Santo Amaro, que vai deixá-la com duas faixas só, no percurso inteiro. Vai gerar um incômodo durante os quase três anos da obra. Por quê? Porque a gente vai conseguir devolver calçada para a Avenida Santo Amaro, que foi retirada dela há 40 anos. Então, há um esforço para a melhora e a gente vai gastar, a Cidade vai gastar na ordem de 420, 430 milhões de reais. Aqui a gente está conseguindo fazer essa captura com os investimentos privados. Então, talvez esse modelo é o que a gente tem que aprender. O ineditismo nos obriga a estudar mais. Contem com a nossa dedicação, para que a gente consiga ser do lado de cá um controlador externo. O parlamento é um pouco isso, o controlador externo, é aquele que vai receber dos senhores os *inputs*: “Aqui não parece estar bom. Ali parece não estar bom”. Aí a gente vai apertando, tanto o Executivo como o empreendedor, para a gente entregar para a Cidade o que a gente pode ter de melhor. Então, por aí, a gente conseguirá, de fato, fazer a transformação.

Parabenizo a participação de todos, e espero, quem sabe, nos próximos dias, termos uma noite e não um dia, ou se não um dia de fim de semana, para a gente poder fazer um novo encontro, avançar nas respostas e quem sabe avançar na implantação do projeto, que eu também aqui, como muitos falaram, me encanto. Acho muito bonito a gente preservar a

história da Cidade, mas também trazer elementos novos, de circulação a pé, com uma área mais bem arborizada, uma relação com a rua dos pedestres e não dos carros. Portanto, quanto a desembarcar do prédio e ter uma rua para mim e não para eu me preocupar com o carro que passa ali, que é agressor a minha família ou as minhas crianças, eu acho muito melhor e portanto me encanta o projeto, e eu vou lutar muito para que ele saia do papel. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Nós vamos ouvir agora os representantes do Poder Público, para que possam apresentar algum posicionamento naquilo que foi pontuado aqui.

Tem a palavra o Sr. Roberto Arantes, Subprefeito.

O SR. ROBERTO ARANTES – Boa tarde, Sr. Presidente, todos os presentes na mesa e todos que se dispuseram vir aqui nesta manhã, véspera de feriado, para discutir aqui esse projeto importante para a Cidade. Eu discutia com o Vereador José Police Neto isso durante a semana. É um projeto de ganha-ganha. Ganha a Cidade, ganha a população, ganha o entorno da Paulista e ganha o cofre da Prefeitura, que nada sai desse cofre. É um cofre apertado, justo, que todo mundo briga para pôr a mão ali, para que a gente ataque todos os problemas que temos na Cidade.

Então, esse jogo é de ganha-ganha sim, Sr. Presidente. É muito importante o que foi feito. Temos o ineditismo na Cidade. Foi um processo diferente que aconteceu. Essa manifestação feita por esse grupo foi algo diferente que aconteceu dentro da Administração. Foi um rito completamente diferente de tudo que já tinha sido visto. Foi uma mobilização de todas as pastas da Prefeitura para seguir esse rito.

Então, por vezes, pecamos em falta de comunicação. Pode ser, mas não se esqueçam de que todos os processos e não seria diferente se todos eles são transparentes e públicos.

Eu aqui discuti aqui com os Colegas aqui na mesa, mas eu acho que quanto à parte técnica, cada um aqui depois vai ter o benefício da palavra, para discutir ponto a ponto. Há algumas coisas que eu queria dizer e nada melhor do que uma frase de um advogado. Nada

melhor do que o advogado para discutir um projeto de engenharia. O Sr. Marcos Vinícius disse que nada melhor do que discutir um projeto. Quanto mais conhecimento, Francisco, melhor se caracteriza. Fica a sugestão, Jacques, a gente focar no ouvido do Presidente a possibilidade de mais uma vez, mais um pedido a vocês, quem sabe a criação de algo, um espaço virtual que a gente consiga disponibilizar de forma mais rápida, mais ágil, essas notícias, esses desenhos 3D, e tudo o mais e pode ser uma possibilidade que a gente dê ainda mais transparência, algo dessa forma, e podemos divulgar isso no *site* da Câmara, no *site* da Prefeitura e da Subprefeitura. O que eu puder colaborar também, a Prefeitura da Sé conte conosco na divulgação desse material. Acho que vamos ganhar com tudo isso, criamos um canal mais próximo, até por conta da falta de tempo de todos. Acho que a gente ganha nisso.

Se for possível, Jacques, é mais uma coisa que a gente onera você nesse termo de cooperação, mas pense nisso. Acho que seria algo importante. Algo simples, mas um repositório de informações. É tudo público, não tem nenhum sentido não ter a publicidade desses documentos. Fica a sugestão.

Eu preciso responder ao Fernando, que citou de um despacho que foi publicado ontem, eu preciso esclarecer isso para que não restem dúvidas para ninguém presente. Esse despacho foi publicado ontem pelo seguinte. Eles prestaram a garantia há uma semana e á um rito processual na Prefeitura de a Secretaria da Fazenda aceitar a custódia dessa garantia. A Subprefeitura recebe a prestação dessa garantia, analisa o documento, a garantia em si, e há um rito processual para que a Secretaria da Fazenda Municipal faça a custódia desse documento. Esse procedimento durou em torno de uma semana e ontem que a Secretaria da Fazenda publicou a guarda, a custódia desse termo de garantia. Então, por coincidência não foi por motivo dessa audiência pública que esse documento foi publicado ontem. Para que não reste nenhuma dúvida na fala do Fernando que falou sobre essa questão. Esse documento foi publicado por esse motivo. A garantia já estava prestada, era um dos documentos obrigatórios para assinatura desse termo, mas era só a questão da custódia da Secretariada Fazenda Municipal para que recebesse e guardasse essa garantia e isso se deu no dia de ontem.

Obrigado pelo convite, estamos à disposição e Jacques, parabéns pelo projeto. Mais uma vez a prefeitura discutiu isso, inclusive, na presença do Prefeito Bruno Covas quando fez o autorizo da assinatura do contrato ele o agradeceu, em nome da Prefeitura, e novamente eu faço esse agradecimento de novo. São 130 milhões de reais e para o Presidente não é pouco, são muitos zeros e muitos dígitos. Outra coisa que ganhamos também é velocidade. Por vezes, o privado tem muito mais velocidade que o poder público para essa construção. A cidade de São Paulo sai ganhando, a população sai ganhando. Na avenida mais paulista e paulistana da cidade.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado, Subprefeito da Sé. Tem a palavra a Sra. Regina Monteiro, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

A SRA. REGINA MONTEIRO – Boa tarde a todos. Eu só queria fazer um esclarecimento. Temos dois momentos nesse projeto. A minha coordenadoria cuidou e está cuidando ainda, porque existe um projeto modificativo sendo finalizado na Secretaria Municipal de Licenciamento do empreendimento Cidade Matarazzo. Esse empreendimento pelo porte que possui, pelas condições de impactos na cidade ele é obrigatoriamente da nossa parte exigir uma postura, uma anuência dos órgãos devidos como Conpresp, Condhefaat, no caso, o CET, deliberando sobre o polo gerador. O REV foi feito sim para esse empreendimento, foi feito um estudo de impacto de vizinhança para esse grande empreendimento que é a Cidade Matarazzo. Ele consta do processo que está com a gente finalizando essa última análise, esse projeto modificativo, na verdade, é um terceiro projeto modificativo. Esse é um projeto que vem ao longo de muitos anos sendo trabalhado pela Prefeitura e pelos interessados.

Então, junto ao processo sobre a Cidade Matarazzo, eu, em particular, tenho o poder dessa coordenadoria houve sim a obrigatoriedade da apresentação desses documentos porque isso é uma exigência legal e não existe a possibilidade de sair um alvará sem essa documentação.

Quanto ao objeto da área pública, isso está sendo tratado junto à Subprefeitura com relação ao uso da rua, da própria passagem que eles querem revitalizar, que é a Alameda

das Flores e foi objeto também do CET e de Siurb as condições sobre a construção das melhorias viárias que vão ter de acontecer. Eu imagino que isso deve causar um grande transtorno ao entorno, mas é uma obra que ainda vai ser tratada, porque todo o executivo que é feito junto à Siurb e ao CET - estou até falando de uma área que não é a minha - é da Prefeitura, eles obrigam os empreendedores a apresentarem os projetos executivos e de como vai ser executado isso. Ninguém entra na rua fazendo o que quer, na hora que quer, do jeito que quer. A Prefeitura vai ter o controle dessas obras externas, não obra interna, de como vai acontecer e como ela vai ser executada. Com relação ao projeto externo, realmente, foi tratado em outra secretaria, agora, eu gostaria de reafirmar que houve sim a apresentação dos projetos que são obrigatórias a aprovação e um deles é o REV, que é o Relatório de Impacto de Vizinhança e que foi feito junto às Secretarias do Verde e Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Tem a palavra a Sra. Regina.

A SRA. REGINA – Hoje estou aqui representando o Secretário Fernando Chucre, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e também estou Presidente da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana, que a senhora Rafaela Galletti comentou aqui e eu quero falar um pouco sobre isso, mas antes cabe um brevíssimo histórico de contar que, além de ser funcionária de carreira da Prefeitura, também fico bastante do lado de vocês brigando por conta dessa maluca, que essa senhora chamada Prefeitura, que brigamos para que tudo aconteça e que todas as Secretarias conversem e é uma luta quase que insana, mas a gente consegue.

O Dr. Marcus Vinícius que estava aqui há uns 30 anos e nós brigamos muito para tombar essa área junto ao Condephaat e por conta disso aconteceram várias coisas e uma delas a gente conseguiu impedir, não sei se tem alguém aqui que lembra, de sair um shopping center imenso derrubando toda aquela área do hospital que já era uma referência para cidade, mesmo sem ter sido tombado. De lá para cá, muita coisa aconteceu até que apareceu um senhor francês maluco e falou: “vamos recuperar essa área”. Ainda tinham muitas coisas a serem acertadas, estava no Ministério Público e o Dr. Marcos Vinícius encabeçou. Se

acertaram várias coisas junto com a comunidade, junto com os autores do procedimentos e de lá para cá, acho que isso tem uns dez anos mais ou menos imensas e cansativas conversas foram feitas para que algumas coisas acontecessem. Até aquela maluquice de ele colocar a igreja lá porque ele falou não vamos mexer na perninha, no subsolo da igreja, que estava toda sem infraestrutura de sustentação, de uma forma geral falando, até aquela maluquice ele fez. Até aí ok. Agora é isso mesmo.

Absolutamente todas essas questões que vocês falaram é isso mesmo. Como o Beto falou, é acompanhar e realmente tem de ser respondido e todos nós estamos sempre abertos. Nunca o Alex e o Jacques falaram não para conversar. Uma coisa que acho importante falar é que o Prefeito de uma forma pioneira e inédita, nunca aconteceu, para uma comissão de paisagem urbana deliberar sobre um empreendimento num espaço público. A minha equipe está toda aqui querendo ver o que quer dizer isso, essa audiência pública o que se pretende, mas assim o que é que a gente vai falar sobre um estudo sobre um elemento na paisagem?

Não sei se todos sabem aqui eu coordenei a Lei Cidade Limpa, que não fala de publicidade só, publicidade é um filhotinho, a gente fala de ordenamento da paisagem. Que cidade é essa que tanto o Vereador Police está falando que quer deixar para a Sofia? O que é isso que a gente quer? É qualidade de vida? É mobilidade? Mas a paisagem está de lado? É supérfluo? Não. Então dentro de um critério muito cuidadoso especificamos algumas coisas e deixamos bem claro foi aprovado, deliberado as diretrizes e uma delas que ninguém ficou pautando a gente, nenhum Secretário e escrevemos bem legal, com todas as letras e que é a parte mais interessante, que é justamente promover a ampla divulgação do projeto anteriormente a sua implantação especialmente para a população moradora e usuária do entorno, garantindo transparência, acesso, informação, participação social, em consonância com os preceitos da gestão democrática, previstos no Plano Diretor.

Vamos ter muito o que trabalhar e a Adriana está sempre à disposição e o pessoal do empreendimento e a Prefeitura aqui, num momento especial, depende de vocês brigarem

mesmo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Agradeço a Tatiana Robles, coordenadora da CGPatri, que veio representando o Secretário.

A SRA. TATIANA ROBLES – Na verdade eu vim só para dar um esclarecimento do que a Regina já falou sobre a parte do túnel e do viário, que de fato, a CGPatri é a coordenadora responsável por todo o patrimônio imobiliário da Cidade, mas nesse caso específico não é uma competência de CGPatri porque a rua não vai ser dada para a fruição particular de alguém. Então, eles vão requalificar a parte superior e ainda que haja um fechamento ela vai continuar sendo uma rua pública, não vai ser de uso específico de um particular e a questão da construção do túnel é algo que deve ser tratado junto com a CET por, por impacto viário, Siurb. O CGPatri entraria nesse caso se houvesse, por exemplo, a construção de uma passagem de um túnel que seria particular. Aí sim deveria ter uma autorização de CGPatri. Então, de fato, só vim aqui para acompanhar e esclarecer. É basicamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado Tatiana.

Com a palavra o Sr. Fernando.

O SR. FERNANDO – Obrigado, Sr. Presidente, como a função da audiência acredito que seja esclarecer, para a gente deixar claro, muita gente veio aqui falar a favor do projeto. Aliás, todos os que falaram a favor do projeto, defenderam sempre: empreendimento, *boulevard*. E eu não acredito que todos que falaram contra, em especial da nossa fábrica de teceluma, não estamos falando contra o projeto. Isso é muito importante, porque a tática de confundir para conquistar é muito comum. Não estamos aqui contra o *Boulevard*. Até porque o *Boulevard* foi uma contrapartida exigida para o Cidade Matarazzo. O *Boulevard* é perfeito. Faça-se o *boulevard*. Existem diversas alternativas para o *boulevard*. Aliás, até concordando, mas com uma pequena ressalva com o Vereador, já houve casos assim. Se lembrarmos da Rua Avanhadava, foi feita pelo particular, aliás, a Rua Avanhadava é um *boulevard*

perfeitamente, que não se construiu o túnel. Túnel não reduz veículo. Túnel joga o veículo para debaixo do tapete. O *boulevard* – poderia se pensar diversas formas de fazê-lo. O problema é pensar depois que o projeto estiver aprovado. Uma conversa *a posteriori*, quando parece que queremos justamente atrapalhar o projeto, dinheiro de investimento. Concordamos com o investimento, Vereador. Aqui, investimento não compra aparelho público. Ele pode investir na cidade. Ele pode permitir melhorar. Concordamos, queremos isso. O que nós não queremos é misturar o que é, sim, bom, o *boulevard*, o empreendimento, com o túnel, que está sendo, ao nosso ver, enfiado junto, como se fosse obrigatório. E não é.

Só para terminar, quando se fala de tirar os veículos, a cidade de São Paulo há anos estuda a redução de veículos na região. A Paulista tem um projeto de redução de veículos. Ela não funciona aos domingos. Os veículos foram retirados da Paulista e colocados na São Carlos do Pinhal. Agora, um particular quer modificar o local onde a Prefeitura destinou os veículos. Não somos contra a redução de veículos. Aliás, todo mundo quer isso na região. Não somos contra o *boulevard*. Nós que estamos ali, gostamos, aliás, uma parte já é um *boulevard*, a Alameda Rio Claro, já tem um *boulevard*. Não queremos apenas que um túnel atrapalhe a região, desnecessariamente, sem interesse.

E de novo, apenas para finalizar, falou-se muito da obra viária, aprovação da CET. A CET não compareceu, foi o único órgão que não compareceu. Eu tive diversas vezes na CET, não achei a aprovação do túnel. O túnel, de novo, não confundir o *boulevard*, não confundir o projeto, o empreendimento. Eu queria só a aprovação do túnel, os impactos do túnel e não o *wave* de impactos do projeto Matarazzo. Do túnel, por favor! E já que estão se falando, vamos ter uma segunda audiência, que a Prefeitura, o empreendedor, disponibilize para todos aqui, posso deixar meu *e-mail*, *whatsapp*, todos os documentos do processo, unificado. São 13, 14. É muito difícil achar. Então, que estejam disponíveis e que possamos discutir juntos na próxima audiência.

Muito obrigado, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado. Jacques Brault, por um minuto.

- Discurso proferido em português por orador fluente em francês. Transcrição prejudicada.

O SR. JACQUES BRAULT – Dez anos de trabalho para um minuto de síntese.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Sr. Presidente, por esse momento de democracia. Como já falei durante minha introdução, foi um momento de diálogo. Como presidente da Associação São Paulo Capital da Diversidade, estou aberto a todos os diálogos possíveis. Cada intervenção urbana é complexa. Pode ressuscitar claramente o debate de novo, mas vamos continuar esse debate nos próximos dias. Observo, ao mesmo tempo, um consenso sobre a qualidade do projeto. Observo também um consenso sobre a necessidade, o interesse dos propósitos. Observo também o interesse na realização desse projeto.

Tenho duas críticas. Apesar de dezenas, para não dizer centenas de reuniões que organizamos, seja com a Prefeitura, seja com as audiências, duas críticas de uma comunicação insuficiente. Recebo a mensagem do Roberto e colocar no ar o *site* da Prefeitura, um *website*, compartilhando todas as informações do projeto. Já posso me comprometer, como Presidente da Associação, a colocar no ar, hoje, todas as informações que temos para mostrar nossa boa vontade, nossa boa fé, nosso valor e transparência. A partir de hoje, amanhã de manhã, vocês vão poder acessar as informações que vamos completar, e já posso me comprometer a encontrar vocês daqui a 15 dias. Poderá ser às 14 horas de amanhã, domingo, ou sábado. Não tenho problema em manter o diálogo com vocês. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado. Rafaela Galletti também quer um minutinho?

A SRA. RAFAELA GALLETI – É muito simples e rápido. Na qualidade de representante da região mais inclusiva da América Latina, que é a Av. Paulista e seus entornos - e quando falo da Paulista, não falo só do eixo viário, mas da região – a nossa mensagem para os componentes da Mesa, os representantes do empreendimento é: nós, de lá, queremos ser incluídos. Representantes da Associação da Adversidade, inclua a região mais inclusiva da América Latina, que somos nós aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Muito bem. Vereador José Police Neto, quer fazer alguma consideração final?

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Não, acho que o resultado obtido aqui é extraordinário. Vamos ter todos os documentos disponíveis para todos. Vamos ter um outro debate no prazo de 15 dias. Todo mundo vai poder se articular nesses quinze dias para trazer, a partir desses documentos, mais informações, mais questionamentos e vamos diminuindo a dúvida e ampliando as convicções. Tanto aquelas convicções daqueles que ainda não estão convencidos e, portanto, serão mais objetivos e certos na crítica, como daqueles que já estão convencidos e vão dar mais apoio e mais apoio. Quando temos um projeto bem debatido, o risco de errar é muito menor. Portanto, vamos discutir à exaustão e fazer o melhor projeto para a Cidade. Ponto. Então, vamos avançar.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Ótimo, excelente. Foi uma boa audiência pública. Pois não, senhor.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Não estou lhe ouvindo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – A CET está presente como ouvinte. Na próxima audiência pública – até falava com a minha assessora – nós faremos o convite para a CET e Siurb participarem de forma bastante profícua.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Presidente, posso só fazer uma breve ponderação?

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Por favor, Police.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Eu preciso fazer, eu escutei a crítica, acho que todo o setor público está à disposição e tem de estar à disposição da crítica da população, mas preciso fazer um reconhecimento a um esforço que a CET vem realizando no bairro de Pinheiros, para oferecer cada vez mais circulação de qualidade a pé para o entorno das estações, recentemente implantadas pelo Governo do Estado, fazendo com que o fluxo regular de pessoas que hoje optam por abandonar o carro e usar o transporte público coletivo

crecesse. Esse trabalho tem sido feito pela CET.

É lógico que na origem da CET, ela trabalhava muito mais com o fluxo de carros, mas quero aqui reconhecer o esforço que tem feito naquele território para oferecer novas regras de circulação para o carro, que protejam as pessoas. Porque naquele território já estamos com mais de 60, 70% do fluxo regular de pedestres. Portanto, muito menos carros do que se tinha no passado, em especial por conta da boca do metrô. Mas é absolutamente interessante o trabalho que vem sendo realizado pela CET naquele território. Reconheço que temos que temos de avançar muito no que está sendo feito aqui, mas lá eu preciso deixar um agradecimento a toda a equipe da diretoria de planejamento, do pessoal que atua naquele território também. Portanto, muito obrigado pelo trabalho que vocês vêm realizando.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Podemos concluir? (Pausa) Quer falar ao microfone, por favor? É melhor. O nome do senhor, por favor.

O SR. JOSÉ GERALDO – Meu nome é José Geraldo, do Departamento de Operações da CET. A Fátima, do Planejamento, está aqui também. Queremos informar que todas as ponderações aqui elencadas foram anotadas e que serão respondidas na próxima audiência. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Perfeito. Muito bom. Muito obrigado a todos.

Nada mais havendo a ser tratado, estão encerrados nossos trabalhos.